

## A IMPORTÂNCIA DO ATO DE DESAPRENDER: A EMERGÊNCIA DE DESTRONAR O CÂNONE

Romeu Sanches da Paixão<sup>1</sup>

Itamar Pereira de Aguiar<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho é uma proposta de justiça intelectual e proposição de uma lâmina que direcione o olhar para novos prismas educacionais, presentes nas práticas contra coloniais de espaços que resistiram e resistem ainda hoje ao empreendimento colonial, europeu e branco. Parto a análise dentro de um Terreiro de Candomblé, localizado em Jequié – BA. Sendo pesquisador e filho desta casa, percebo as estratégias de resistência e a utilização dos saberes e práticas afropindorâmicas como ferramenta para disseminação e preservação dos saberes do povo que vive nas esquinas do mundo. Ao propor um ato de justiça intelectual buscamos conferir e reafirmar a autoridade da produção de epistemes, cosmocepções africanas e suas reproduções nos espaços da diáspora, bem como das práticas e saberes indígenas analisados neste artigo através dos Ancestrais encantados, no Terreiro chamados de Caboclos. É de grande relevância demonstrar que em nenhum momento esta produção busca se inscrever como negacionista ou alienada, aqui é proposto um questionamento e a importância de questionar a credibilidade intrépida dos conhecimentos, saberes e práticas brancas ou embranquecidas que de muito se valeram do esquecimento para praticar o espitemicídio e subjugar toda e qualquer produção que não se praticasse nas diretrizes colonizadoras. Aqui, o patrono da educação brasileira estabelece diálogo com o senhor do movimento, chamado de Exú, e movimentar o tabuleiro da educação brasileira é a travessura que aqui se arquiteta.

**Palavras-chave:** Justiça Intelectual, Terreiro de Candomblé, Autoridade de Produção, Caboclo, Exu.

---

<sup>1</sup> Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2020). Mestrando em Relações Étnicas e Contemporaneidade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia em andamento, ano de conclusão (2024). Bolsista financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. Email: romeusanches.da.paixao@gmail.com;

<sup>2</sup> Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (1979). Especialização em Metodologia do ensino Superior (PUC Minas Gerais, 1986). Mestrado em Ciências Sociais (PUC, São Paulo 1999), Doutorado em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia, (PUC, São Paulo, 2007) e Pós Doutorado em Ciências Sociais, pela UNESP, Campus de Marília – SP (2014). Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia vinculado ao mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC-UESB). E-mail: itamarpaguiar@hotmail.com.

## INTRODUÇÃO

Apresentar uma discussão que busque reivindicar a autoria de produção das epistemes praticadas nas esquinas de mundo é tarefa urgente, questionar os modelos de ensino, suas práticas e teorias é dever daqueles cujo ofício é a educação. Aqui apresentamos uma perspectiva de educação como prática de liberdade, considerando a vida em sua plenitude e potência. A tecitura desse artigo busca provocar uma reflexão em que se questione a educação passiva, conformada e alheia a realidade.

O que se registra aqui é recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento, cujo tema é identificar os elementos e a Pedagogia praticada no Terreiro de Candomblé Ilê Axé Oluayê N'lá na cidade de Jequié-BA. Nos valem de uma pesquisa qualitativa, etnográfica, cujo instrumentos de identificação dos fenômenos são: a) observação participante; b) entrevista semiestruturada. Nas observações já realizadas conseguimos identificar estruturas de um processo de ensino e aprendizado que questiona as diretrizes educativas colonial canonizada, que ocupa grande espaço nos currículos disciplinares e ocultos dos espaços educativos institucionalizados. No espaço religioso, foi observado aspectos educacionais que substanciam o questionar do cânone, uma vez que o subdesenvolvimento das práticas e epistemologias afropindorâmicas não se observa lá dentro, pelo contrário, fomenta um aprendizado em que a educação celebra a vida, vale-se dela enquanto força motriz da circularidade dos seres e saberes. Essa produção fincou suas perspectivas teóricas nas obras de Rufino (2021), Freire (2020), hooks (2013), Asante (2009), entre outros.

Reconhecemos que a educação institucionalizada pública não é acessível a todos públicos, seja por questões geográficas ou por dificuldade em respeitar e reconhecer a diversidade de ideias, cosmovisões e pertencimentos religiosos, isso gera uma morte simbólica no espaço educacional para a população negra, e aquelas/aqueles que se constituem a partir das Ontologias e epistemes paridas no roçado dos espaços de resistência contra colonial. Essa perspectiva foi chamada de necroeducação, pois:

Formula-se por uma lógica que visa não só perpetuar o racismo estruturante da sociedade, mas por uma política que possibilita o assassinio do *negro* em suas diversas instâncias, o que é legitimado política e socialmente. A necroeducação se constrói por meio de bases, inclusive científicas, que ajudam a perpetuar a guerra racial e a morte, real e simbólica, do sujeito *negro* na educação (COSTA, *et al.*, 2020, p. 13)

Quando apresentamos a emergência em destronar o cânone, questionamos diretamente o arcabouço científico, político e social que sustentam práticas epistemicidas.

As perspectivas educacionais e a Pedagogia do Terreiro, partem de um princípio contra colonial sendo “vida” elemento fundamental e conceitualmente alargado. A educação vivenciada no Terreiro fundamenta sua perspectiva na Ancestralidade local, e não necessita de corpos docilizados, os corpos são recursos que carregam saberes úteis, muitas vezes ressignificados e ressemantizados. Na encruzilhada que se atravessam os saberes institucionalizados e os saberes produzidos nas esquinas de mundo que nos valem do desaprender: “desaprender é um ato político e poético diante daquilo que se veste como único saber possível ou como saber maior em relação a outros modos” (RUFINO, 2021, p. 19).

Deste modo, aqui discutiremos sobre a pluralidade epistêmica, questionando os saberes canonizados e as formas de aprendizagem acumulativa e conformada que dociliza corpos e mentes.

## O TERREIRO E A PRODUÇÃO DE EPISTEMOLOGIA

Quando apresentamos uma epistemologia de fresta, endossamos a problematização das ciências humanas levantada no século XX, quando surgiram os questionamentos sobre as produções de saberes e compreensões acerca da natureza estruturados nas zonas subalternizadas do mundo. Essas alternativas epistemológicas apresentaram a condição humana de produzir conhecimento nos mais diversos espaços, dialogando em diferentes territórios. Questionar as estruturas padronizadas do saber é desobstruir as identidades, e poder ouvir as vozes que resistem a subalternização e questionam a colonialidade, propondo reconfigurações nas estruturas cristalizadas, “Só quando se reconfiguram as estruturas de poder é que as muitas identidades marginalizadas podem também, finalmente, reconfigurar a noção de conhecimento: Quem sabe? Quem pode saber? Saber o quê? E o saber de quem?” (KILOMBA, 2017, p. 13), ao refletir sobre essas indagações, é possível percebermos que a educação e o conhecimento institucionalizado objetifica aqueles que chama de “outros”, mesmo quando esse outro se refere a nós, e ao objetivar subalterniza práticas, saberes e existências.

Em países colonizados como o Brasil onde africanos e os povos originários foram submetidos a escravização, o apagamento da vida se dava tanto na esfera física quanto epistêmica, e como estratégia de preservação das raízes ancestrais, as populações desterritorializadas e nativas expropriadas de sua terra, expressavam sua epistemologia no corpo que carregava além de aspectos identitários, uma história de duas faces, singular e coletiva. As aproximações entre indígenas e africanos eram inevitáveis e com isso se criava uma relação que constituiu espaços de resistências, onde residiam e resistiam saberes e conhecimentos ancestrais que remontavam as cosmopercepções, forma de ser e estar no mundo entre tantos outros aspectos que consolidavam a subjetividade dos sujeitos outrora usurpada.

O Terreiro atualmente aparece como um espaço de manutenção da ancestralidade, onde se recontam histórias e se ressignificam saberes a partir das experiências daquelas/daqueles que vieram antes de nós, preservando na memória coletiva uma unidade de saberes e conhecimentos afropindorâmicos, aqui o Terreiro se apresenta como “[...] um patrimônio simbólico consubstanciado no saber vinculado ao culto aos muitos deuses, à institucionalização das festas, das dramatizações dançadas e das formas musicais.” (SODRÉ, 2019, p. 53). O espaço religioso de matriz africana se vale de muitos aspectos para a movimentação dos saberes e conhecimentos ancestrais, em momentos a socialização ocorre oralmente, em outros através da observação, seja na dança e cantigas entoadas para Orixás, Caboclos, Boaideiros e demais encantados cultuados no espaço religioso. Nos símbolos que compõem a liturgia é possível identificarmos interpretações que ressignificam o papel de diversos elementos, tendo cada um deles usos e funções bem determinados. Todos os elementos sacralizados na casa de culto compõem o elo que aproxima e mantém próximo as

divindades e humanos e é nesta ligação que se remontam histórias e os saberes são ressemantizados

A comunidade-terreiro é, assim, repertório e núcleo reinterpretaivo de um patrimônio simbólico explicitado em mitos, ritos, valores, crenças, formas de poder, culinária, técnicas corporais, saberes, cânticos, ludismos, língua litúrgica (o ioruba) e outras práticas sempre suscetíveis de recriação histórica, capazes de implementar um laço atrativo de natureza intercultural (negros e negros) e transcultural (negros e brancos). (SODRÉ, 2015, p. 195-196)

Esse repertório compõe o arcabouço que estrutura a episteme do Terreiro, a forma como os mitos, ritos, cânticos e demais elementos performam estão atrelados a interpretação local que se é atribuída. O valor da interpretação e compreensão local é o que tornam os espaços religiosos de matriz afropindorâmicos pluriépistemicos, uma vez que, cada um compreenderá os elementos a partir da forma como eles foram mediados e a tradição é o que resguardará a singularidade. Quando observamos as danças e cantigas dos Orixás e encantados acessamos uma outra face da história dos povos que nos antecederam, seus reinados, glórias e conquistas, deste modo somos convidados a desaprender sobre as histórias que os colocam como povo subdesenvolvido e sem repertório intelectual.

## **PAULO FREIRE E EXU EDUCAM HOJE COM O SABER LANÇADO ONTEM.**

Ao iniciarmos uma discussão em que tomamos ou citamos Exú, é necessário justificarmos tal escolha, uma vez que sua evocação não é meramente ilustrativa ou provação infundada, aqui Exú é entendido como “Orixá das portas e dos caminhos das múltiplas falas, é quem dá as senhas para que as portas cósmicas sejam abertas e que assim possa haver uma comunicação entre os mundos, entre a realidade e a magia.” (SOARES, 2008, p.85), a sapiência desse mensageiro é requerida quando discutimos sobre educação, e principalmente quando a questionamos. Exu sobrepõe o maniqueísmo ocidental cristão, ele é o recriar da epistemologia, é quem dobra a linguagem e os conceitos, a fim de subverter a ordem e provocar o repensar. Além de travesso, Exu é o movimento, arquiteto de palavras e das formas de expressão, tudo aquilo que se comunica se associa a ele.

Vincular Paulo Freire a esse grande Orixá, é uma arquitetura necessária sendo que estamos nos referindo a comunicadores e educadores de excelência, porém, a encruzilhada traçada por Paulo Freire é a que cruza sujeito e mundo, considerando que “o sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na história.” (FREIRE, 1996, p.136), considerar o sujeito inconcluso é reconhecer a necessidade de relações, com o mundo e com outros sujeitos e que através dela serão traçadas formas de ser, aprender e ensinar.

A Pedagogia do Oprimido (2020) é mais uma obra que aproxima Freire de Exu, uma vez que ali fica nítida o interesse na mudança, na travessura que bagunça a colonialidade, apresentando a necessidade de desaprender a pedagogia opressora, dessa maneira, o autor apresenta a pedagogia do oprimido como:

Aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objetos da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará (FREIRE, 2020, p. 43)

Transgredir a lógica educacional é uma proposta levantada e sustentada por Freire e uma prática de Exu, também observada na obra de hooks (2017) que enxerga a educação como mecanismo para revolução e transgressão. A transgressão e o desaprender aqui propostos não prevê esquecimento ou rompimento de diálogo, a desaprendizagem está atrelada as formas de educação apaziguadoras, conformadas em que os educandos sejam depósitos de conteúdos alheios e distantes da realidade. Essa forma de ensinar e aprender foi criticada por Freire, quando a chamou de “educação bancária” e afirmou ser uma forma de educar que não compreende o estudante como parte do processo educativo, tornando-o apenas um espectador de sua própria formação.

A educação precisa ponderar, considerar as diferenças e experiências, pois elas que constituem de fato a aprendizagem. Nos contos corriqueiros de Terreiro ouvimos certa história em que Exu saiu de casa com um chapéu de duas cores, um lado branco e outro vermelho, em sua caminhada cruzou o caminho de dois grandes amigos, esses amigos estavam despostos um em cada trecho do caminho, Exu decide então passar entre os dois, horas mais tarde os amigos conversavam fazendo alusão ao homem que passará, um dizendo que o homem passava com seu chapéu branco, o outro discordando informando que o chapéu era vermelho, a discussão se acalorou e os amigos não cediam as suas convicções e relutavam considerar a perspectiva do outro, a vontade de validar sua posição invalidando a do outro era tanta, que a grande amizade se desfez “aquele que interpreta a realidade de modo parcial, percebendo apenas um aspecto, somente encontrará contradição' e conflito [...] Exu provoca o conflito, para promover a síntese.” (AUGRAS, 2008, p.98), a realidade quando apresentada de forma parcial não promove a criticidade, e para que se estimule um pensamento crítico é necessário romper, fraturar as concepções unilaterais, universalistas e canonizadas.

Considerarmos que o diálogo só é possível em espaços circulares, e que as relações construídas de forma horizontalizada é o que aproxima e gera um ambiente confortável para o aprender é fundamental, pois, ensinar e aprender é um processo dialógico, requerendo que os mundos sejam atravessados e atravessem, rompendo lógicas cristalizadas.

## **A JUSTA RAIVA E A JUSTIÇA INTELECTUAL**

No pensamento freiriano encontramos diversas categorias e conceitos fundamentais para compreendermos quando nos dedicamos e afirmamos nosso comprometimento com uma educação emancipatória em favor da vida. Quando falamos sobre *justa raiva*, nos afastamos e buscaremos sugerir a compreensão que a distancie de fúria, pois, a justa raiva é o pressuposto que organiza e fomenta as lutas e resistências percebidas nos dias de hoje. Atendo-nos ao que Freire escreveu, a justa raiva não se atrela unicamente aos processos educacionais, ela é um mecanismo de denúncia para todo processo que atente contra a vida e epistemes.

Paulo Freire em diversas de suas obras aborda sobre a necessidade da superação das opressões e se vale da indignação, ou justa raiva como mecanismo canalizador para organizar a luta. Em Pedagogia da Indignação Freire justifica

Não posso aceitar calado e “bem-comportado” que um bilhão de desempregados com quem o século se encerra sejam considerados uma pura fatalidade deste momento. Nenhuma realidade social, histórica, econômica é assim porque está escrito que assim seja. (Freire, 2000, p.53)

Tal mecanismo de defesa e ataque tramado, busca questionar as contradições de um sistema falho, negligente, cruel e desumano, que muitos povos experimentam de diversas formas a mais de 500 anos nesta terra.

Ao nos indignarmos com o processo educacional, conformado que não dialoga com a diversidade, usamos a justa raiva como mecanismo de operação da desaprendizagem, pois é ela quem nos fornece a condição questionarmos as injustiças coloniais e nos posicionar contrários a esse modelo educacional epistemicida. Como rasteira de contra-ataque, nos valem da justiça intelectual e reconhecermos a autoria, autoridade das produções e a unidade que resguarda os saberes e práticas é tarefa necessária, sobre autoridade de produção Ramose (2011) nos ensina:

O fundamento da questão pertence à autoridade; a autoridade de definir o significado e o conteúdo da filosofia (Jones, 1977-78, 157). O exercício desta autoridade situa a questão no contexto de relações de poder. Quem quer que seja que possua a autoridade de definir, tem o poder de conferir relevância, identidade, classificação e significado ao objeto definido. Os conquistadores da África durante as injustas guerras de colonização se arrogaram a autoridade de definir filosofia. Eles fizeram isto cometendo epistemicídio, ou seja, o assassinato das maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados. (RAMOSE, 2011, p. 08)

Essa autoridade de produção vinculada as comunidades de resistência contra coloniais, sugerem uma afrocentricidade identificada nas observações realizadas dentro do Terreiro Ilê Axé Oluayê N’lá. Para compreendermos afrocentricidade apresentamos

A ideia afrocêntrica refere-se essencialmente à proposta epistemológica do lugar. Tendo sido os africanos deslocados em termos culturais, psicológicos econômicos e históricos, é importante que qualquer avaliação de suas condições seja com base em uma localização centrada na África e sua diáspora. Começamos com a visão de que a afrocentricidade é um tipo de pensamento prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria linguagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos. (ASANTE, 2009 p. 93).

A singularidade que estrutura as práticas e saberes do Terreiro de Candomblé, se singularizam a partir da Ancestralidade, compreendida por nós como a unidade que assegura o saber e preserva as práticas, contextualizando e singularizando a forma de ensinar, aprender, ser e estar no mundo, sobre Ancestralidade

a ancestralidade torna-se o signo da resistência afrodescendente. Protagoniza a construção histórico-cultural do negro no Brasil e gesta, ademais, um novo projeto sócio-político fundamentado nos princípios da inclusão social, no respeito às diferenças, na convivência sustentável do Homem com o Meio





Ambiente, no respeito à experiência dos mais velhos, na complementação dos gêneros, na diversidade, na resolução dos conflitos, na vida comunitária entre outros. (OLIVEIRA, 2012 p.3)

Quando acessamos e identificamos a forma em que se media, acessa e contextualiza o saber nessa comunidade, nossa indignação toma forma e se estrutura em produção de contragolpe, sem nenhuma intenção de aniquilar prismas teóricos, ou menosprezar o que se produziu e compreendemos como clássico ou cânone. Aqui, o embaralhar do jogo é para sugerir uma reflexão sobre a necessidade e importância do questionamento, de olhar, sentir e ser atravessado por outras maneiras que o saber se manifesta.

Portanto, se consideramos a educação um ato comprometido com a vida, devemos então reconhecer a diversidade, formas e espaços em que a vida se manifesta e é preservada em sua inteireza, pois sem isso, seremos reféns de um projeto colonial que determina quem, como, quando e onde existe o saber.

## **HÁ DE SE CONCLUIR**

Deste modo, compreendemos e afirmamos a necessidade e emergência de se questionar e destronar o cânone que se vale dos saberes, práticas e educações como instrumento doutrinador e dominador, considerando essa perspectiva como opressora e aniquiladora de epistemes e diversidades de corpos e mentes. Tomarmos parte na luta pela desaprendizagem não nos aproxima do negacionismo e alienação ainda visto em nossa sociedade, a desaprendizagem proposta é entendida como uma política-estética de aprendizagem, está atrelada a modos e operações que são utilizadas hoje como única forma de garantia de acesso ao conhecimento. Nas comunidades alocadas nas frestas, são celebradas múltiplas formas de saberes, práticas e conhecimentos, com educação voltada a vida, contando e recontando histórias, reconhecendo e reafirmando valores usurpados pela colonialidade.

O traçado produzido aqui é desdobramento da pesquisa de mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), nos valem da observação participante para que pudéssemos acessar, observar e transcrever o que vivemos, vimos e nos atravessou. A pesquisa, tanto de mestrado quanto seus desdobramentos só foram iniciados e possíveis após aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade, que nos forneceu parecer favorável de número 5.812.075, dessa forma é que garantimos a segurança tanto para os sujeitos que colaboraram e colaboram com nossa vida e pesquisa, quanto com os dados e produções que só são possíveis com o envolvimento e reconhecimento do Terreiro Ilê Axé Oluayê N'lá enquanto espaço produtor de práticas e saberes singulares.

## REFERÊNCIAS

- ASANTE, Kete Molefi. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elísia Larkin (org.). Afrocentricidade: Uma abordagem epistêmica inovadora (SANKOFA: Matrizes Africanas da Cultura Brasileira;4. São Paulo. Selo Negro, 2009.
- AUGRAS, Monique. O duplo e a metamorfose: a identidade mítica em comunidades nagô. 2. ed. Petrópolis-Rj: Vozes, 2008.
- COSTA, Aline Pereira da; MARTINS, Carlos Henrique dos Santos; SILVA, Heloíse da Costa. Necroeducação: reflexões sobre a morte do negro no sistema educacional brasileiro. Revista Brasileira de Educação, v. 25, p. 1-22, 2020
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz & Terra, 2021.
- \_\_\_\_\_. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz & Terra, 2020.
- HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- OLIVEIRA, Eduardo David de. Filosofia da Ancestralidade como filosofia africana: Educação e cultura afro-brasileira. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação – RESAFE, nº 18. maio-outubro, 2012.
- RAMOSE, M. B. Sobre a legitimidade e o estudo da Filosofia Africana. Ensaios Filosóficos. Vol. IV. Outubro, 2011.
- SOARES, Emanuel Luis Roque. Exu e a encruzilhada de conceitos, esêútósín. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia, QUEIROZ, Zuleide Fernandes de, VASCONCELOS JUNIOR, Raimundo Elmo de Paula, ARAÚJO, José Edvar Costa de (Orgs). História da educação - vitrais da memória: lugares, imagens e práticas culturais. Fortaleza: Edições UFC, 2008. p.79-97
- . \_\_\_\_ o As vinte uma faces de Exu na filosofia afrodescendente da educação: imagens, discursos e narrativas. Tese. (Doutorado em Educação Brasileira), Universidade Federal do Ceará, 2008.